

## Portugal

### **O Manifesto de Ventotene**

Simone Celani

Ventotene, a antiga Pandataria romana, é uma pequena ilha do arquipélago das Pontinas, situada no golfo de Gaeta, no Mar Tirreno. De acordo com a etimologia popular, possivelmente errada mas carregada de um bom-senso muito concreto, o nome derivaria da sua principal característica: o vento forte que varre constantemente as suas costas (Ventotene = 'tem vento'). Ao longo da história, devido à sua posição e pequena extensão, a ilha foi frequentemente lugar de exílio e de prisão, já desde o período romano. O imperador Augusto nela desterrou a sua filha Júlia, como punição pela sua conduta excessivamente "libertina", Calígula enviou para lá a irmã Agripina e o filho desta, Nero fez o mesmo à mulher Octávia. O ilhéu vizinho de Santo Stefano foi também transformado num célebre cárcere no período borbónico. Não surpreende, portanto, que no século XX o estado fascista de Benito Mussolini tenha decidido transformar a pequena povoação existente na ilha numa das muitas áreas de "confinamento" criadas em todo o território nacional para receber presos políticos e opositores do regime. Em Ventotene e em Santo Stefano estiveram presos, entre outros, personagens de destaque a nível nacional e internacional como Sandro Pertini, Umberto Terracini, Giorgio Amendola, Camilla Ravera, Luigi Longo, Mauro Scoccimarro, Girolamo Li Causi, Pietro Secchia, além, naturalmente, de Eugenio Colorni, Ernesto Rossi e Altiero Spinelli. Por outro lado, a ilha foi cenário de uma grande fermentação política e de uma fértil produção cultural.

Isto sucedeu porque, apesar do rigor da vigilância, o estreito contacto de uma tal concentração de jovens mentes "subversivas", vivendo constantemente em espaços exíguos, não podia deixar de produzir efeitos significativos.

No confinamento escreveram-se livros e elaboraram-se revistas, fizeram-se cursos de política, economia, direito, criou-se uma verdadeira escola de antifascismo.

Pietro Grifone, militante comunista que cumpriu pena de confinamento em Ventotene de 1937 a 1945, escreveu: "[...] apoiados na certeza absoluta de que a razão estava connosco e de que por isso havíamos de vencer, não nos faltou o ânimo para perseverar nas nossas pesquisas e nos nossos estudos, mesmo no meio da tempestade desencadeada pela barbárie nazifascista, apesar das provações da fome e do frio (que em Ventotene era particularmente penoso

devido aos ventos impetuosos que varriam a ilha). Aliás, quanto mais sabíamos estar próxima a hora da libertação, tanto mais nos sentíamos incentivados a acelerar a nossa preparação.” (Pietro Grifone, *Come si studiava al confino*, in *Il capitale finanziario in Italia*, Einaudi, Torino, 19803, p. LV).

As palavras de Grifone são igualmente válidas para os autores do “projecto de manifesto” Para uma Europa livre e unida, mais conhecido como Manifesto de Ventotene, escrito naquele lugar em 1941. Não deve, portanto, surpreender que uma obra de tal forma libertária e europeísta tenha vindo à luz justamente num local de encarceramento de um dos regimes mais nacionalistas e repressivos da história do século XX. Se quiséssemos estabelecer uma comparação com a história portuguesa recente, poderíamos dizer que em Ventotene sucedeu algo de semelhante ao que se passou na colónia penal salazarista do Tarrafal, na ilha de Santiago, em Cabo Verde. Também ali, apesar da severidade das condições, intelectuais, políticos e “terroristas”, como por exemplo os angolanos José Luandino Vieira e António Jacinto, escreveram algumas das suas obras mais célebres. Também eles, como Spinelli, Rossi e muitos outros condenados ao confinamento e presos políticos pelo mundo fora, conseguiram provar de forma definitiva e incontroversa que as ideias não podem ser travadas nem aprisionadas, nem mesmo pelo sistema carcerário mais rígido; que, mesmo nas condições mais duras, qualquer indivíduo pode criar espaço para a sua vida interior, um espaço que lhe permita salvaguardar e preservar a sua integridade física e intelectual; e que, mesmo num dos momentos mais sombrios da história da humanidade, houve lugar para uma esperança que talvez no momento fosse considerada irrealista, se não mesmo louca, mas que mais tarde permitiu construir as bases de um futuro colectivo melhor. Um futuro onde o europeísmo e a internacionalização viriam a poder funcionar como antídoto definitivo contra o reaparecimento de doenças semelhantes à que foi gerada pelos grandes ditadores do século XX e pelos seus regimes letais.

## Prefácio

de Eugenio Colorni (Roma 1944)

Es textos que aqui se apresentam foram pensados e redigidos na ilha de Ventotene, entre 1941 e 1942. Naquele ambiente excepcional, por entre as malhas de uma disciplina extremamente rígida, tendo acesso a uma informação que se procurava tanto quanto possível completa, na tristeza da inércia forçada e na ansiedade da libertação iminente, ia amadurecendo em alguns espíritos uma nova reflexão sobre todos os problemas que tinham constituído a própria motivação das acções empreendidas e da atitude assumida durante a luta.

O afastamento da vida política activa permitia um olhar mais distanciado e aconselhava a rever as posições tradicionais, procurando os motivos dos insucessos do passado não tanto em erros técnicos de tática parlamentar ou revolucionária, ou numa “imaturidade” genérica da situação, mas sobretudo em deficiências da perspectiva geral adoptada, bem como no facto de a luta ter sido orientada em função das linhas de fractura habituais, dando pouca atenção aos aspectos novos que começavam a transformar a realidade.

Enquanto se preparava a grande batalha que se delineava num futuro próximo, sentia-se a necessidade não apenas de corrigir os erros do passado, mas de reformular os termos em que se enunciavam os problemas políticos, com o espírito livre de preconceitos doutrinários e de mitos partidários.

Foi assim que começou a ganhar forma, no espírito de alguns, a ideia fundamental de que a contradição principal, responsável pelas crises e pelas guerras, pela miséria e pela exploração que afligiam a nossa sociedade, residia na existência de estados soberanos, definidos em termos geográficos, económicos e militares, que consideravam os outros estados seus concorrentes e potenciais inimigos, vivendo uns e outros numa relação de perpétuo *bellum omnium contra omnes*.

Eram vários os motivos pelos quais esta ideia, que em si mesma não era nova, assumia um carácter de novidade nas condições e na ocasião em que estava a ser pensada.

1) Antes de mais, a solução internacionalista, que consta dos programas de todos os partidos políticos progressistas, é por eles considerada, de certa forma, uma consequência necessária e quase automática da consecução dos objectivos que cada um deles se propõe. Os democratas consideram que a instauração do regime por eles defendido em cada um dos países conduziria certamente à formação da consciência unitária que, ultrapassando as fronteiras no âmbito

cultural e moral, viria a constituir a premissa que eles consideram indispensável a uma união livre dos povos, inclusivamente no âmbito político e económico. E os socialistas, por seu lado, pensam que a instauração de regimes de ditadura do proletariado nos vários estados levaria por si só a um estado internacional colectivista.

Ora, uma análise do conceito moderno de estado e do conjunto de interesses e de sentimentos a ele ligados mostra claramente que, apesar de as analogias de regime interno poderem facilitar as relações de amizade e de colaboração entre dois estados, isto não implica de forma nenhuma que essa situação conduza à unificação, nem automática nem progressivamente, enquanto existirem sentimentos e interesses colectivos ligados à conservação de uma unidade fechada dentro das fronteiras. A experiência demonstra que os sentimentos chauvinistas e os interesses proteccionistas podem facilmente conduzir ao confronto e à concorrência mesmo entre duas democracias; e não é um dado adquirido que um estado socialista rico deva necessariamente aceitar partilhar os seus recursos com um outro estado socialista muito mais pobre, pelo simples facto de neste vigorar um regime interno idêntico ao seu.

A abolição das fronteiras políticas e económicas entre dois estados não resulta necessariamente, portanto, da instauração simultânea de um determinado regime interno em cada estado. Constitui, pelo contrário, um problema por si mesmo, que deve ser enfrentado com meios adequados. É certo que não se pode ser socialista sem se ser ao mesmo tempo internacionalista, mas devido a uma ligação ideológica, mais do que a uma necessidade política e económica, e da vitória socialista nos estados isolados não resulta necessariamente o estado internacional.

2) Outro aspecto que promovia o reforço da tese internacionalista de forma autónoma era o facto de os partidos políticos existentes, ligados a um passado de lutas combatidas no âmbito de cada nação, estarem habituados, por uma questão de costume e de tradição, a considerar todos os problemas partindo do pressuposto tácito da existência de estados nacionais, e a considerar os problemas da ordem internacional questões de “política externa”, que deveriam ser resolvidas por meio de acções diplomáticas e de acordos entre os vários governos. Esta atitude é em parte causa e em parte consequência da perspectiva acima enunciada, segundo a qual, uma vez assumido o comando do país, o acordo e a união com regimes semelhantes em outros países seria uma consequência natural, sem que fosse necessário organizar uma luta política dedicada expressamente a esse fim.

No entanto, os autores dos presentes textos tinham vindo a desenvolver a convicção de que, se quisermos abordar o problema da ordem internacional como a questão central da actual época histórica, e virmos na sua solução a

premissa necessária da solução de todos os problemas institucionais, económicos, sociais com que se depara a nossa sociedade, teremos necessariamente de observar deste ponto de vista todas as questões relacionadas com os conflitos políticos internos e com a posição de cada partido, inclusivamente no que se refere à tática e à estratégia a aplicar na luta quotidiana. Todos os problemas - da liberdade constitucional à luta de classes, da planificação à tomada do poder e ao uso do mesmo - surgem a uma nova luz se forem colocados partindo da premissa de que a primeira meta a atingir é a de uma nova ordem unitária a nível internacional. O próprio plano de manobras políticas, o facto de procurar apoio junto de uma ou outra das forças em campo, a escolha de uma palavra de ordem ou de outra, assume contornos bem diferentes em função de o objectivo essencial ser a tomada do poder e a aplicação de determinadas reformas no âmbito de cada estado individual, ou a criação das condições económicas, políticas, morais para a instauração de uma organização federal que abranja todo o continente.

3) Um outro motivo ainda – e talvez o mais importante – consistiu no facto de o ideal de uma federação europeia, prelúdio de uma federação mundial, que poderia parecer uma utopia longínqua ainda há poucos anos, se apresentar hoje, no fim desta guerra, como uma meta razoável e quase ao alcance da mão. O problema da organização federal da Europa torna-se mais actual do que nunca neste pós-guerra, como se pode reconhecer observando uma série de elementos: a total mistura de povos que este conflito provocou em todos os países sujeitos à ocupação alemã; a necessidade de reconstruir sobre novas bases uma economia quase totalmente destruída, de voltar a colocar sobre a mesa todos os problemas ligados a fronteiras políticas, a barreiras alfandegárias, a minorias étnicas, etc.; o próprio carácter desta guerra, em que o elemento nacional foi tantas vezes suplantado pelo elemento ideológico, em que vimos estados pequenos e médios renunciar a grande parte da sua soberania em favor dos estados mais fortes, e em que o conceito de “espaço vital” substituiu o de “independência nacional” entre os próprios fascistas.

Quer por motivos económicos, quer por motivos ligados à ideologia, esta organização pode interessar a forças provenientes de todas as classes sociais. Será possível avançar nesse caminho através de negociações diplomáticas e através da agitação popular; promovendo entre as classes cultas o estudo dos problemas com ele relacionados, e provocando estados de facto revolucionários, atingidos os quais não será possível voltar atrás; exercendo influências sobre as esferas dirigentes dos estados vencedores, e difundindo nos estados vencidos a ideia de que a sua salvação só se poderá encontrar numa Europa livre e unida, evitando as consequências desastrosas da derrota.

Foi justamente por isto que surgiu o nosso Movimento. Foi a prioridade, a precedência deste problema relativamente a todos os que se impõem na época em que estamos a entrar; foi a certeza de que, se deixarmos voltar a solidificar a situação nos velhos moldes nacionalistas, a oportunidade estará perdida para sempre e o nosso continente não poderá gozar de paz e bem-estar duradouros; foi tudo isto que nos levou a criar uma organização autónoma, com o objectivo de defender a ideia da Federação Europeia como meta alcançável no próximo pós-guerra.

Não procuramos camuflar as dificuldades do projecto, nem a potência das forças que operam em sentido contrário. Mas acreditamos ser a primeira vez que este problema se coloca no tabuleiro da luta política não como um ideal longínquo, mas como uma necessidade trágica e urgente.

O nosso Movimento, que vive já há cerca de dois anos na dura clandestinidade sob a opressão nazi e fascista, cujos adeptos provêm das fileiras de militantes do antifascismo e se encontram alinhados na luta armada pela liberdade, que já pagou o pesado tributo da prisão em nome da causa comum, o nosso Movimento não é e não pretende ser um partido político. Com o perfil que foi assumindo com cada vez maior nitidez, ele pretende operar acima dos vários partidos políticos e no interior deles, não só para que se acentue o empenho internacionalista, mas também e principalmente para que todos os problemas da vida política sejam considerados partindo deste novo ponto de vista, ao qual até agora estão tão pouco habituados.

Embora promovamos activamente os estudos relacionados com a organização institucional, económica e social da Federação Europeia, e tomemos uma posição activa na luta pela sua concretização, esforçando-nos ainda por descobrir que forças poderão agir a seu favor numa conjuntura política futura, não somos um partido político porque não pretendemos pronunciarmo-nos oficialmente sobre aspectos institucionais, sobre o maior ou menor grau de colectivização económica, sobre a maior ou menor descentralização administrativa, etc., que deverão caracterizar o futuro organismo federal. Deixamos que, no seio do nosso movimento, estes problemas sejam amplamente discutidos em total liberdade, e que nele encontrem representação todas as tendências políticas, da comunista à liberal. Na verdade, os nossos aderentes são quase todos militantes de um dos partidos políticos progressistas: todos estão de acordo em defender os princípios fundamentais de uma Federação Europeia livre, que não se baseie em hegemonias de qualquer tipo, nem em regimes totalitários, e dotada de uma solidez estrutural que não a reduza a uma mera Sociedade das Nações.

Estes princípios podem resumir-se nos seguintes pontos: exército federal único; união monetária; abolição das barreiras alfandegárias e das restrições à

emigração dentro dos estados membros da Federação; representação directa dos cidadãos nas assembleias federais; política externa única.

Nestes dois anos de vida, o nosso Movimento encontrou vasta difusão entre os grupos e os partidos políticos antifascistas. Alguns deles manifestaram publicamente a sua adesão e a sua simpatia. Outros chamaram-nos a colaborar na formulação dos seus programas. Talvez não seja presunção afirmar que, em parte, é por mérito nosso que os problemas da Federação Europeia são tratados com tanta frequência na imprensa clandestina italiana. O nosso jornal, *L'Unità Europea*, segue atentamente os acontecimentos no âmbito da política interna e internacional, tomando posição perante eles com absoluta independência.

Contudo, os presentes textos, fruto da elaboração de ideias que deu azo ao nascimento do nosso Movimento, limitam-se a representar a opinião dos seus autores, e não constituem, de forma nenhuma, uma tomada de posição do próprio Movimento. Pretendem ser apenas uma proposta de temas de discussão dirigida a todos os que aspiram a repensar todos os problemas da vida política internacional tendo em conta as mais recentes experiências ideológicas e políticas, os resultados mais actualizados da investigação em ciências económicas, as perspectivas de futuro mais sensatas e razoáveis. Seguir-se-ão em breve outros estudos. O nosso desejo é o de suscitar uma fermentação de ideias, esperando que, na presente atmosfera exaltada pela necessidade urgente de acção, essas ideias contribuam para um esclarecimento que torne a acção cada vez mais determinada, consciente e responsável.

*O Movimento italiano para a federação europeia*  
Roma, 22 de Janeiro de 1944

**Para uma Europa livre e unida**  
**Projecto de um Manifesto**  
Altiero Spinelli - Ernesto Rossi

*I. A crise da civilização moderna*

A civilização moderna fundou-se no princípio da liberdade, segundo o qual o homem não deve ser um mero instrumento de outros, mas um centro de vida autónomo. Tendo presente este código, foi-se alinhavando um processo histórico de grande envergadura dirigido a todos os aspectos da vida social que não o respeitavam.

1. Afirmou-se o direito igualitário de todas as nações de se organizarem em estados independentes. Cada povo, identificado com base nas suas características étnicas, geográficas, linguísticas e históricas, deveria encontrar num organismo de estado criado por si, em função da sua concepção particular da vida política, o instrumento adequado para satisfazer da melhor forma as suas necessidades, independentemente de qualquer intervenção externa. A ideologia da independência nacional foi um poderoso motor de progresso; permitiu a superação de sentimentos bairristas e mesquinhos em favor de uma maior solidariedade contra a opressão dos estrangeiros dominadores; eliminou muitos dos obstáculos que dificultavam a circulação de pessoas e bens; permitiu que, dentro de cada um dos novos estados, se estendessem às populações mais atrasadas as instituições e as estruturas das populações mais civilizadas. No entanto, essa ideologia trazia dentro de si os germes do imperialismo capitalista, que a nossa geração viu crescer desmesuradamente, a ponto de se formarem estados totalitários e de eclodirem as guerras mundiais.

A nação deixou de ser considerada o produto histórico da convivência de pessoas que, após um longo processo, foram ganhando uma maior unidade de



costumes e de aspirações, pelo que encontram no próprio estado a forma mais eficaz de organização da vida colectiva no contexto da sociedade humana. Tornou-se, pelo contrário, uma entidade divina, um organismo que apenas tem de se preocupar com a sua própria existência e o seu desenvolvimento, sem a mínima atenção aos danos que possa vir a causar aos outros. A soberania absoluta dos estados nacionais conduziu ao desejo de domínio de cada um deles, uma vez que cada um se sente ameaçado pelo poder dos restantes e considera como seu “espaço vital” territórios cada vez mais vastos, que lhes permitam a liberdade de movimentos e a recolha de meios de subsistência, sem depender de ninguém. Este desejo de domínio não poderia ser aplacado de outra forma que não fosse a hegemonia do estado mais forte sobre todos os restantes, que ficam a ele subjugados.

Como consequência desta situação, o Estado passou de defensor da liberdade dos cidadãos a senhor dos súbditos que mantém ao seu serviço, com todos os poderes para explorar ao máximo a sua eficiência bélica. Mesmo nos períodos de paz, vistos como pausas para a preparação das inevitáveis guerras que se seguirão, em muitos países os interesses das esferas militares passaram a predominar sobre os dos civis, tornando cada vez mais difícil o funcionamento dos sistemas políticos livres. A escola, a ciência, a produção, as instituições administrativas orientam-se principalmente para o aumento do potencial bélico; as mães são vistas como produtoras de soldados, e são consequentemente premiadas da mesma forma que nas exposições se premeiam os animais reprodutores; as crianças são educadas desde a mais tenra idade para a profissão das armas e para o ódio aos estrangeiros; as liberdades individuais estão reduzidas a pó, uma vez que a militarização é geral e todos são constantemente chamados a cumprir o serviço militar; as guerras constantes obrigam a abandonar a família, o emprego, os bens, e a sacrificar a própria vida em nome de objectivos cujo valor ninguém entende bem. Em poucos dias destroem-se os resultados dos esforços de decénios para aumentar o bem-estar colectivo.

Foram os estados totalitários os que concretizaram com maior coerência a unificação de todas as forças, com o máximo de centralismo e de protecção, demonstrando assim serem os organismos mais bem adaptados ao actual ambiente internacional. Basta que uma nação dê um passo em frente em direcção a um totalitarismo mais acentuado para que as outras a sigam, arrastadas para o mesmo trilho pela vontade de sobreviver.

2. Afirmou-se a igualdade do direito de todos os cidadãos à formação da vontade do estado. Deveria ser esta a síntese resultante das exigências económicas e ideológicas em mutação, livremente expressas por todas as categorias sociais. Uma tal organização política permitiu corrigir ou pelo menos

atenuar muitas das mais gritantes injustiças hereditárias dos regimes do passado. No entanto, a liberdade de imprensa e de associação, bem como a extensão progressiva do sufrágio, tornavam cada vez mais difícil a defesa dos velhos privilégios mantendo o sistema representativo.

Os que nada possuíam aprendiam, pouco a pouco, a servir-se destes instrumentos para tomar de assalto os direitos adquiridos pelas classes abastadas. Os impostos sociais sobre os rendimentos não provenientes do trabalho e sobre as sucessões, o imposto progressivo sobre as grandes fortunas, a isenção dos rendimentos mínimos e dos bens de primeira necessidade, a gratuidade da escola pública, o aumento das despesas de assistência e de previdência social, as reformas agrárias, o controlo das fábricas constituíam uma ameaça às fortificações mais robustas das classes privilegiadas.

Mesmo os grupos privilegiados que tinham consentido na igualdade dos direitos políticos não podiam aceitar que as classes desfavorecidas se valessem da situação para concretizar uma igualdade de facto que teria dado aos novos direitos um conteúdo concreto de liberdade efectiva. Quando, após o fim da Primeira Guerra Mundial, a ameaça se tornou demasiado grave, foi com naturalidade que estes grupos aplaudiram calorosamente e apoiaram a instauração das ditaduras, que retiravam das mãos dos adversários as armas legais.

Por outro lado, a formação de complexos industriais e bancários de dimensões gigantescas e de sindicatos que reuniam sob uma única direcção verdadeiros exércitos de trabalhadores - sindicatos e complexos esses que pressionavam o governo para obter uma política que respondesse aos seus interesses particulares - ameaçava dissolver o próprio estado numa profusão de feudos económicos em luta aguerrida uns com os outros. Os sistemas democrático-liberais, tornando-se o instrumento de que se serviam estes grupos para melhor explorar toda a colectividade, perdiam cada vez mais o seu prestígio, difundindo-se assim a convicção de que só o estado totalitário, com a abolição das liberdades do povo, poderia de alguma forma resolver os conflitos de interesses que as instituições políticas existentes já não conseguiam controlar.

De facto, mais tarde, os regimes totalitários consolidaram no quadro geral a posição das várias classes sociais nas condições que estas iam gradualmente atingindo, e impediram todas as possibilidades legais de continuar a corrigir o estado de coisas vigente, recorrendo ao controlo policial de todos os aspectos da vida dos cidadãos e à eliminação violenta de todos os opositores. Garantiu-se assim a existência da classe absolutamente parasitária dos senhores da terra absentistas e dos rendeiros, cuja contribuição para a produção social se reduz a retirar o cupão dos seus títulos; dos grupos monopolistas e das sociedades em

cadeia que exploram os consumidores e fazem volatilizar os rendimentos dos pequenos depositantes; dos plutocratas que, escondidos nos bastidores, puxam os cordelinhos dos políticos para dirigir toda a máquina do estado exclusivamente no seu interesse, sob a aparência de defender interesses nacionais superiores. Conservaram-se as fortunas colossais de uns poucos e a miséria das massas, excluídas de qualquer possibilidade de tirar proveito dos frutos da cultura moderna. Salvou-se, nas suas linhas essenciais, um regime económico em que as reservas materiais e a força do trabalho, que deveriam servir para satisfazer as necessidades fundamentais para desenvolver as energias humanas vitais, são orientadas para satisfazer os desejos mais fúteis dos que podem pagar os preços mais altos; um regime económico em que, com o direito de sucessão, o poder do dinheiro se perpetua na mesma classe, transformando-se num privilégio sem qualquer relação com o valor social dos serviços efectivamente prestados, e o leque das possibilidades proletárias fica de tal forma reduzido, que os trabalhadores, para viver, são muitas vezes obrigados a deixar-se explorar por quem lhes oferece uma possibilidade qualquer de emprego.

Para manter imobilizadas e submetidas as classes operárias, os sindicatos, que constituíam organizações livres de luta, dirigidos por indivíduos que tinham a confiança dos associados, foram transformados em órgãos de vigilância policial, sob a direcção de empregados escolhidos pelo grupo governante e que só a ele prestam contas. Sempre que é feita qualquer correcção a este regime económico, ela é ditada apenas pelas exigências do militarismo, que confluíram com as aspirações reaccionárias das classes privilegiadas para criar e consolidar os estados totalitários.

3. Contra o dogmatismo autoritário, afirmou-se o valor permanente do espírito crítico. Tudo o que era afirmado tinha de apresentar uma justificação, ou estava condenado a desaparecer. As maiores conquistas da nossa sociedade em todos os campos devem-se à forma metódica como se manifestou este comportamento sem preconceitos. Mas esta liberdade espiritual não resistiu à crise que deu lugar aos estados totalitários. Em todas as ciências se têm vindo a afirmar novos dogmas que têm de ser aceites pela fé ou pela hipocrisia.

Muito embora ninguém saiba o que é uma raça, e as mais elementares noções históricas demonstrem o seu carácter absurdo, exige-se aos fisiólogos que creiam, demonstrem e convençam que se pertence a uma raça eleita, só porque o imperialismo tem necessidade deste mito para exaltar nas massas o ódio e o orgulho. Os conceitos mais evidentes da ciência económica têm de ser considerados anátemas para se poder apresentar as políticas proteccionistas, os contratos de contrapartidas e outras peças de ferro-velho do mercantilismo como se fossem descobertas extraordinárias do nosso tempo. Dada a

interdependência económica de todas as partes do mundo, o espaço vital para qualquer povo que pretenda conservar o nível de vida correspondente à civilização moderna é todo o globo. No entanto, criou-se a pseudociência da geopolítica, que pretende demonstrar a pertinência da teoria dos espaços vitais no intuito de dar uma veste teórica ao desejo de subjugação do imperialismo.

Falsifica-se a história nos seus dados essenciais, no interesse da classe governante. As bibliotecas e as livrarias são expurgadas de todas as obras não consideradas ortodoxas. As trevas do obscurantismo voltam a ameaçar sufocar o espírito humano. Eliminam-se as bases da própria ética social da liberdade e da igualdade. Deixa de se considerar os homens cidadãos livres, que se servem do estado para assegurar os seus objectivos colectivos. Passam a ser servidores do estado, que passa a estabelecer quais devem ser os objectivos deles, e por vontade do estado passa a considerar-se simplesmente a vontade dos que detêm o poder. Os homens deixam de ser sujeitos de direito para, dispostos hierarquicamente, passarem a obedecer sem discussão às autoridades superiores que têm o máximo expoente num chefe devidamente divinizado. O regime das castas renasce prepotentemente das suas cinzas.

Esta civilização totalitária reaccionária, depois de ter triunfado numa série de países, encontrou finalmente na Alemanha nazi a potência que se considerou capaz de a levar às últimas consequências. Após um processo de preparação meticoloso, a Alemanha entregou-se à empresa da dominação utilizando a seu favor, com audácia e sem escrúpulos, as rivalidades, os egoísmos, a estupidez dos outros, e levando atrás de si outros estados europeus vassallos - o primeiro dos quais foi a Itália - aliando-se ao Japão, que alimenta na Ásia ambições idênticas. A sua vitória traduzir-se-ia na consolidação do totalitarismo no mundo. Todas as suas características seriam elevadas a um expoente máximo, e as forças progressistas ficariam por muito tempo condenadas a uma mera oposição negativa.

A arrogância e a intransigência tradicionais das esferas militares alemãs já nos pode dar uma ideia de qual seria o carácter do seu domínio, após uma guerra vitoriosa. Os alemães, vitoriosos, poderiam até permitir-se um verniz de generosidade perante os outros povos europeus, poderiam respeitar formalmente os seus territórios e as suas instituições políticas, para governar satisfazendo assim o estúpido sentimento patriótico que só vê as cores dos postes de fronteira e a nacionalidade dos políticos que se apresentam na ribalta, em vez de ver a relação de forças e o conteúdo efectivo dos organismos do estado. Qualquer que fosse o disfarce, a realidade seria sempre a mesma: uma nova divisão da humanidade em espartanos e hilotas.

Mesmo que se chegasse a uma solução de compromisso entre as partes litigantes, isso significaria mais um passo em direcção ao totalitarismo, uma vez

que todos os países que tivessem escapado aos tentáculos da Alemanha seriam obrigados a adoptar as suas formas de organização política, para se prepararem convenientemente para o recomeço da guerra.

Todavia, se é verdade que a Alemanha hitleriana conseguiu abater um a um os estados mais pequenos, também é certo que, com a sua acção, obrigou a entrarem em campo forças cada vez mais potentes. A corajosa combatividade da Grã-Bretanha, mesmo no momento mais crítico em que permaneceu sozinha a fazer frente ao inimigo, conseguiu que os alemães fossem embater na resistência incansável do exército soviético e deu tempo à América de começar a mobilização dos seus imensos recursos produtivos. E esta luta contra o imperialismo alemão ficou intimamente ligada à que o povo chinês vai combatendo contra o imperialismo japonês.

A luta contra as potências totalitárias já chamou a si uma imensa quantidade de homens e de riquezas. As forças destas potências já atingiram o seu ponto máximo, e começarão agora necessariamente a consumir-se pouco a pouco. Pelo contrário, as forças contrárias ultrapassaram já o momento de depressão máxima, e encontram-se em crescimento.

A guerra dos aliados desperta cada vez mais a vontade de libertação, inclusivamente nos países que tinham sido subjugados à violência e se tinham perdido no golpe infligido. E chega mesmo a despertar essa vontade nos próprios povos das potências do Eixo, que se apercebem de ter sido arrastados para uma situação desesperada só para satisfazer o desejo de domínio dos seus dirigentes.

Interrompeu-se o lento processo que tinha levado as massas a deixar-se moldar passivamente pelo novo regime, adaptando-se a ele e contribuindo assim para a sua consolidação. Pelo contrário, está a iniciar-se o processo inverso. Nesta imensa onda que lentamente se levanta reúnem-se todas as forças progressistas, os círculos mais esclarecidos das classes trabalhadoras que não se deixaram bloquear pelo terror nem por adulações, aspirando a uma forma de vida superior; os elementos mais conscientes das esferas intelectuais, ofendidos pela degradação a que foi sujeita a inteligência; empresários que, sentindo-se prontos para novas iniciativas, querem libertar-se do fardo da burocracia e das políticas nacionais proteccionistas, que dificultam todos os seus movimentos; finalmente todos os que, graças a um sentido inato de dignidade, não sabem dobrar a espinha dorsal na humilhação da servidão.

De todas estas forças depende hoje a salvação da nossa civilização.

## *II. Tarefas do pós-guerra. A unidade europeia*

Porém, a derrota da Alemanha não conduziria automaticamente à reorganização da Europa de acordo com o nosso ideal de civilização. No período breve e intenso de crise geral (em que os estados estarão arrasados, as massas populares ansiarão por palavras novas e se tornarão matéria fundida, ardente, susceptível de ser vertida em novos moldes, capaz de aceitar a liderança de homens seriamente internacionalistas), as classes mais privilegiadas nos antigos sistemas nacionais tentarão, sub-repticiamente ou através da violência, abafar a onda dos sentimentos e das paixões internacionalistas, e esforçar-se-ão ostensivamente por reconstituir os antigos organismos estatais.

E é provável que os dirigentes ingleses, porventura de acordo com os americanos, procurem impulsionar as coisas neste sentido, para retomar a política do equilíbrio de poderes, aparentemente no interesse imediato dos seus impérios.

As forças conservadoras, ou seja, os dirigentes das instituições fundamentais dos estados nacionais; os quadros superiores das forças armadas, culminando nas monarquias, onde ainda existem; os grupos do capitalismo monopolista que entregaram aos estados a sorte dos seus lucros; os grandes proprietários fundiários e as altas hierarquias eclesiásticas, que só poderão ver garantidas as suas receitas parasitárias através de uma sociedade conservadora estável; e a seguir uma imensa multidão dos que deles dependem ou que simplesmente são encadeados pelo seu poder tradicional; todas estas forças reaccionárias sentem desde já o edifício começa a ameaçar ruir, e estão a tentar salvar-se. A derrocada privá-los-ia de repente de todas as garantias que têm tido até aqui, e expô-los-ia ao assalto das forças progressistas.

#### A SITUAÇÃO REVOLUCIONÁRIA: ANTIGAS E NOVAS CORRENTES

A queda dos regimes totalitários significará sentimentalmente a chegada da "liberdade" para povos inteiros; desaparecerão todos os travões, e automaticamente serão instauradas vastas liberdades de expressão e de associação. Será o triunfo das tendências democráticas, com os seus inúmeros matizes, que vão de um liberalismo muito conservador ao socialismo e à anarquia. Crêem na "geração espontânea" dos acontecimentos e das instituições, na bondade absoluta dos impulsos que vêm de baixo. Não pretendem forçar a "história", o "povo", o "proletariado" e todos os outros nomes que dão ao seu Deus. Anseiam pelo fim das ditaduras, imaginando-o como a restituição ao povo dos direitos irrevogáveis à autodeterminação. O coroamento dos seus sonhos é uma assembleia constituinte, eleita por sufrágio alargado e no mais escrupuloso respeito pelo direito dos eleitores, que decidirá

qual a constituição a elaborar. Se o povo é imaturo, terá uma má constituição, mas só será possível corrigi-la mediante um trabalho continuado de persuasão.

Os democratas não são avessos por princípio à violência, mas pretendem recorrer a ela apenas quando a maioria está convencida de que a mesma é indispensável, ou seja, exactamente quando não é mais do que um ponto praticamente supérfluo para pôr nos "is". Por essa razão, apenas são dirigentes adequados nas épocas de administração corrente, em que um povo se encontra globalmente convencido do valor das instituições fundamentais, que apenas precisam de ser retocadas em aspectos relativamente secundários. Nos períodos revolucionários, em que as instituições não precisam de ser administradas, mas sim criadas, a prática democrática falha redondamente.

A impotência lastimável dos democratas na revolução russa, alemã, espanhola, são três dos mais recentes exemplos. Nessas situações, depois de caído o velho aparelho estatal, com as suas leis e a sua administração, pulula imediatamente uma imensidão de assembleias e representações populares em que convergem e se agitam todas as forças sociais progressistas, quer sob uma aparência da antiga legalidade, quer desprezando essa mesma legalidade. É certo que o povo tem algumas necessidades fundamentais para satisfazer, mas não sabe exactamente o que querer nem o que fazer. Os seus ouvidos são atordoados por uma profusão de sinos. Não consegue orientar-se com os seus milhões de cérebros, e desagrega-se numa quantidade de correntes em luta entre si.

No momento em que é necessária a máxima audácia e capacidade de decisão, os democratas sentem-se perdidos, não tendo atrás de si um consenso popular espontâneo, mas apenas uma agitação tumultuosa de paixões. Pensam que o seu dever é formar o tal consenso, e apresentam-se como pregadores que exortam, nos momentos em que são necessários dirigentes que conduzam sabendo onde chegar. Perdem as ocasiões favoráveis para consolidar o novo regime, procurando fazer funcionar imediatamente órgãos que necessitam de uma longa preparação, e são adequados aos períodos de relativa tranquilidade; dão aos seus adversários armas que estes depois utilizam para os destituir; representam, portanto, nas suas inúmeras tendências, já não o desejo de renovação, mas as confusas veleidades reinantes em todas as mentes que, paralisando-se umas às outras, criam terreno propício ao desenvolvimento da reacção. A metodologia política democrática será um peso morto na crise revolucionária.

À medida que os democratas conseguissem começar a atingir, com as suas logomaquias, a sua popularidade como defensores da liberdade, falhando qualquer forma de revolução política e social séria, acabariam por reconstituir-

se inevitavelmente as instituições políticas anteriores aos regimes totalitários, e a luta voltaria a tomar forma nos antigos esquemas de oposição de classes.

O princípio segundo o qual a luta de classes constitui o termo a que se reduzem todos os problemas políticos constituiu a directiva fundamental, em especial dos operários fabris, e ajudou a dar consistência à sua política, enquanto não estavam em jogo as instituições fundamentais; mas converte-se num instrumento de isolamento do proletariado quando se impõe a necessidade de transformar toda a organização da sociedade. Os operários, educados num sistema classista, só são capazes de ver as suas reivindicações de classe, ou mesmo de categoria, sem se preocuparem com o modo como elas se podem associar aos interesses de outros grupos; ou então aspiram à ditadura unilateral da sua classe, para concretizar uma colectivização utópica de todos os instrumentos materiais de produção, apontada por uma propaganda secular como o remédio absoluto de todos os males. Esta política não consegue obter a adesão de nenhuma outra classe além da dos operários, que excluem assim o apoio das outras forças progressistas, ou as abandonam nas mãos da reacção, que habilmente as utiliza para aniquilar o próprio movimento proletário.

Entre as várias tendências proletárias, seguidoras da política classista e do ideal colectivista, os comunistas reconheceram a dificuldade de obter a adesão de forças suficientes para vencer, e por essa razão, ao contrário do que se passou com os outros partidos populares, transformaram-se num movimento com uma disciplina rígida que explora o mito russo para organizar os operários, mas não se modela às suas necessidades, e utiliza-os nas manobras mais diversas.

Este comportamento torna os comunistas mais eficientes nas crises revolucionárias do que os democratas; mas, mantendo eles o mais possível separadas as classes operárias das outras forças revolucionárias – ao afirmar que a sua “verdadeira” revolução está ainda para vir – constituem, nos momentos decisivos, um elemento sectário que enfraquece o conjunto. Além disso, a sua dependência absoluta do estado russo, que os usou repetidas vezes em favor da sua política nacional, impede-os de desenvolver qualquer política com um mínimo de continuidade. Têm sempre a necessidade de se esconder atrás de algum Karoly, algum Blum, algum Negrin, para depois se arruinarem com facilidade juntamente com os fantoches democráticos de que se servem; uma vez que o poder se atinge e se mantém não simplesmente pela esperteza, mas pela capacidade de responder de forma orgânica e vital às necessidades da sociedade moderna.

Se amanhã a luta de classes se limitasse ao âmbito nacional tradicional, seria muito difícil fugir às antigas aporias. De facto, os estados nacionais já planificaram com tal profundidade as respectivas economias, que a questão



central passaria rapidamente a ser a decisão de qual o grupo de interesses económicos, ou por outra, qual a classe a deter o painel de comando do plano. A frente das forças progressistas ficaria facilmente despedaçada na rixa entre as classes e categorias económicas.

Com toda a probabilidade, seriam os reaccionários a tirar partido da situação.

Um verdadeiro movimento revolucionário deverá forçosamente nascer entre os que souberam criticar as velhas posições políticas. Terá de saber colaborar com as forças democráticas, com as comunistas, e em geral com todos os que cooperarem para a desagregação do totalitarismo, mas sem se deixar enredar na actuação política de nenhuma delas.

As forças reaccionárias possuem homens e quadros hábeis e com formação para o comando, que se baterão aguerridamente para conservar a sua supremacia. No momento crucial saberão apresentar-se bem disfarçados, proclamar-se-ão amantes da liberdade, da paz, do bem-estar geral, das classes mais pobres. Vimos já no passado como eles se insinuaram por trás dos movimentos populares, e como os paralisaram, desviaram e converteram no exacto oposto. Serão eles, sem dúvida, a força mais perigosa com que será necessário contar.

O ponto em que eles procurarão apoiar-se será a restauração do estado nacional. Poderão assim servir-se do sentimento popular mais difuso, mais ferido pelos recentes movimentos, mais fácil de manipular para fins reaccionários: o sentimento patriótico. Desta forma, poderão até mesmo alimentar a esperança de confundir mais facilmente as ideias dos adversários, uma vez que para as massas populares a única experiência política vivida até agora foi em âmbito nacional, sendo por isso bastante fácil envolvê-las, bem como aos seus dirigentes, no terreno da reconstrução dos estados destruídos na tormenta.

Se este objectivo viesse a ser atingido, a reacção venceria. Estes estados até poderiam ser aparentemente democráticos e socialistas; o regresso do poder às mãos dos reaccionários seria só uma questão de tempo. Voltariam a nascer as invejas nacionais, e cada estado voltaria a confiar a satisfação das suas exigências apenas ao uso da força das armas. Mais cedo ou mais tarde, voltaria a ser um objectivo essencial transformar os povos em exércitos. Os generais voltariam a comandar, os monopolistas a tirar partido das políticas proteccionistas, os burocratas a inchar, os padres a manter dóceis as massas. Todas as conquistas da primeira etapa ficariam reduzidas a pó, perante a necessidade de se preparar novamente para a guerra.

O problema que é necessário resolver em primeiro lugar é a abolição definitiva da divisão da Europa em estados nacionais soberanos e, se este

projecto falhar, todos os outros progressos serão apenas aparentes. O esmagamento da maior parte dos estados do continente sob o rolo compressor da Alemanha já uniu as sortes dos povos europeus que, ou permanecerão todos juntos subjugados ao domínio hitleriano, ou, com a queda deste, entrarão todos juntos numa crise revolucionária em que não permanecerão imobilizados e separados em estruturas estatais sólidas. Neste momento, muito mais do que no passado, os ânimos encontram-se favoráveis a uma reorganização federal da Europa. A dura experiência das últimas décadas veio abrir os olhos até aos que não queriam ver, e promoveu o amadurecimento de muitas circunstâncias favoráveis ao nosso ideal.

Qualquer pessoa razoável reconhece agora que não é possível manter um equilíbrio de estados europeus independentes, com a convivência da Alemanha militarista em pé de igualdade com os outros países, nem é possível retalhar a Alemanha e segurá-la com uma corda no pescoço depois de vencida. Pela experiência, tornou-se evidente que nenhum país da Europa se pode manter de parte enquanto os outros se batem, não servindo de nada as declarações de neutralidade e os pactos de não agressão. Está agora demonstrada a inutilidade, ou melhor, o efeito nefasto de organizações do tipo da Sociedade das Nações, que pretendia garantir um direito internacional sem uma força militar capaz de impor as suas decisões e respeitando a soberania absoluta dos estados membros. Revelou-se absurdo o princípio da não intervenção, segundo o qual a todos os povos devia ser deixada a liberdade de estabelecer o governo despótico que melhor entendessem, como se a constituição interna de cada estado individual não constituísse um interesse vital para todos os outros países europeus. Tornaram-se insolúveis os múltiplos problemas que envenenam a vida internacional do continente - delimitação das fronteiras nas zonas de população mista, defesa das minorias alógenas, acesso ao mar dos países situados no interior, questão balcânica, questão irlandesa, etc. - que encontrariam na Federação Europeia a solução mais simples - como a encontraram no passado os problemas equivalentes dos pequenos estados que se uniram para dar lugar a uma ampla unidade nacional, perdendo assim o antigo azedume e transformando-se em problemas de relações entre diferentes províncias.

Por outro lado, o fim do sentimento de segurança que oferecia o estatuto inatacável da Grã-Bretanha, que aconselhava aos ingleses a “splendid isolation”, a dissolução do exército e da própria república francesa ao primeiro embate sério das forças alemãs (e espera-se que este resultado tenha atenuado muito a convicção chauvinista da absoluta superioridade gálica) e em especial a consciência da gravidade do perigo de sujeição geral que se correu, são todas circunstâncias que favorecerão a constituição de um regime federal que ponha

termo à actual anarquia. E o facto de a Inglaterra ter já aceite o princípio da independência da Índia, bem como de a França ter potencialmente perdido, com o reconhecimento da derrota, todo o seu império, torna mais fácil o processo de elaboração de uma base de acordo para uma solução europeia para a questão dos territórios coloniais.

Soma-se finalmente a tudo isto o desaparecimento de algumas das principais dinastias, e a fragilidade das bases que sustentam as que restam. De facto, é necessário ter em conta que as dinastias, que consideram os vários países como seu apanágio tradicional, representavam, com os poderosos interesses que apoiavam, um sério obstáculo à organização racional dos Estados Unidos da Europa, que devem necessariamente apoiar-se numa constituição republicana de todos os países federados. E quando, ultrapassado o horizonte do velho continente, se abraçarem numa visão de conjunto todos os povos que formam a humanidade, é necessário reconhecer que a Federação Europeia é a única concebível para garantir que as relações entre os povos asiáticos e americanos possam decorrer numa base de cooperação pacífica, aguardando um futuro mais distante em que se torne possível a unidade política de todo o globo.

A linha de divisão entre partidos progressistas e partidos reaccionários deixa de coincidir com a linha formal do maior ou menor grau de democracia, do menor ou menor grau de socialismo a instituir, para passar a configurar-se como a novíssima linha fundamental que separa os que conservam como objectivo essencial da luta o mesmo de antigamente, ou seja, a conquista do poder político nacional – e que farão, ainda que involuntariamente, o jogo das forças reaccionárias, deixando solidificar a lava incandescente das paixões populares no velho molde, e permitindo o renascer do antigo sistema absurdo – e os que verão como meta central a criação de um estado internacional sólido, que orientarão para este objectivo as forças populares e, ainda que conquistem o poder nacional, o utilizarão em primeira linha ao serviço da concretização da unidade internacional.

É necessário desde já, recorrendo à propaganda e à acção, procurando estabelecer por todos os meios acordos e ligações entre os vários movimentos que nos diversos países se vão certamente fundando, lançar as bases de um movimento que saiba mobilizar todas as forças para fazer nascer o novo organismo que será a criação mais grandiosa e mais inovadora que surgiu na Europa nos últimos séculos; para constituir um estado federal sólido, que disponha de uma força militar europeia em vez dos exércitos nacionais; que elimine decididamente as políticas económicas proteccionistas, espinha dorsal dos regimes totalitários; que possua os órgãos e os meios suficientes para fazer aplicar nos vários estados federais as suas deliberações, orientadas para a

manutenção da ordem comum, ainda que deixe aos próprios estados uma autonomia que lhes permita uma articulação flexível e o desenvolvimento de uma vida política de acordo com as características particulares dos vários povos.

Se existir nos principais países europeus um número suficiente de pessoas que compreendam isto, a vitória estará brevemente nas suas mãos, uma vez que a situação e os ânimos serão favoráveis à sua empresa. Encontrar-se-ão perante partidos e tendências já desqualificados pela experiência desastrosa dos últimos vinte anos. Visto que será o momento de empreender obras novas, será também o momento de homens novos: do MOVIMENTO PARA A EUROPA LIVRE E UNIDA.

### *III. Tarefas do pós-guerra. A reforma da sociedade*

Uma Europa livre e unida é premissa necessária para o potenciamento da civilização moderna, de que a era totalitária representa um impasse. O final desta era fará retomar imediatamente em pleno o processo histórico contra a desigualdade e os privilégios sociais. Todas as antigas instituições conservadoras que impediam a sua actuação terão caído ou estarão em situação periclitante, e esta sua crise deverá ser explorada com coragem e determinação.

A revolução europeia, para responder às nossas exigências, deverá ser socialista, ou seja, deverá ter por objectivo a emancipação das classes trabalhadoras e a criação para elas de condições de vida mais humanas. No entanto, a bússola de orientação para as medidas a tomar nesse sentido não poderá ser o princípio puramente doutrinário segundo o qual a propriedade privada dos recursos materiais de produção deve ser em princípio abolida, e tolerada apenas provisoriamente, quando não for de todo possível evitá-la. A nacionalização geral da economia foi a primeira forma utópica em que as classes operárias representaram a sua libertação do jugo capitalista; todavia, uma vez plenamente concretizada, não leva ao objectivo sonhado, mas à formação de um regime em que toda a população é subjugada à classe restrita dos burocratas gestores da economia.

O princípio realmente fundamental do socialismo, de que a colectivização geral foi apenas uma dedução apressada e errónea, é a ideia de que as forças económicas não devem dominar os homens, mas – tal como acontece com as forças naturais – devem ser por eles dominadas, dirigidas, controladas da forma mais racional possível, de modo que as grandes massas não se sintam vítimas delas. As enormes forças de progresso que derivam do interesse individual não devem ser sufocadas no pântano morto da prática rotineira, para desembocar depois perante o problema insolúvel de ressuscitar o espírito de iniciativa

recorrendo a distinções salariais ou outras medidas afins. Pelo contrário, é necessário estimular e promover essas forças, oferecendo-lhes melhores oportunidades de desenvolvimento e de emprego, ao mesmo tempo que se devem consolidar e aperfeiçoar os mecanismos que as impulsionam em direcção aos objectivos mais vantajosos para toda a colectividade.

A propriedade privada deve ser abolida, restringida, corrigida, alargada caso a caso, e não dogmaticamente por princípio. Esta directiva insere-se naturalmente no processo de formação de uma vida económica europeia libertada dos pesadelos do militarismo ou do burocratismo nacional. A solução racional tem de substituir a irracional, inclusivamente na consciência dos trabalhadores. Para apresentar com maior detalhe o conteúdo desta directiva, e advertindo para a necessidade de avaliar sempre a conveniência e as modalidades de cada ponto do programa em relação com o pressuposto a partir de agora indispensável da unidade europeia, sublinhamos os seguintes aspectos:

a) Não se pode continuar a deixar nas mãos dos privados as empresas que, desenvolvendo uma actividade necessariamente monopolista, têm condições para explorar a massa dos consumidores. Por exemplo, as indústrias de energia eléctrica, as empresas que se pretende manter vivas por razões de interesse colectivo mas que, para sobreviver, necessitam de direitos aduaneiros proteccionistas, subsídios, encomendas de favorecimento, etc. (o exemplo mais evidente deste tipo de indústria é o caso das empresas siderúrgicas neste momento em Itália); e as empresas que devido ao montante dos capitais investidos e ao número de operários contratados, ou pela importância do sector que dominam, podem chantagear os órgãos do estado, impondo a política mais vantajosa para elas (por exemplo, as indústrias mineiras, as grandes instituições bancárias, as grandes indústrias de armamento). É neste campo que se deverá, sem dúvida, intervir com nacionalizações em larga escala, sem ter em atenção os direitos adquiridos.

b) As características que no passado assumiram o direito de propriedade e o direito de sucessão permitiram a acumulação nas mãos de uns poucos privilegiados de riquezas que convirá distribuir de forma igualitária durante uma crise revolucionária, para eliminar as classes parasitárias e para dar aos trabalhadores os instrumentos de produção de que necessitam, melhorando as condições económicas e permitindo-lhes ganhar uma maior independência de vida. Pensamos, portanto, numa reforma agrária que, passando a terra a quem a cultiva, aumente exponencialmente o número de proprietários, e numa reforma industrial que aumente a propriedade dos trabalhadores nos sectores não nacionalizados, com a gestão de cooperativas, a participação dos operários nos capitais, etc.

c) Os jovens devem ser apoiados com as medidas necessárias para minimizar as distâncias entre as posições de partida na luta pela vida. A escola pública, particularmente, deverá dar aos mais aptos, e não aos mais ricos, a possibilidade efectiva de prosseguir os estudos até aos graus superiores; e deverá preparar um número de indivíduos proporcional à procura do mercado, em todos os ramos de estudos, para a inserção nas diferentes profissões e nas várias actividades liberais e científicas, de modo que as remunerações médias se tornem sensivelmente iguais em todas as categorias profissionais, independentemente de quais possam ser as divergências entre as remunerações dentro de cada categoria, de acordo com as diferenças das capacidades individuais.

d) A potencialidade quase ilimitada da produção em massa dos bens de primeira necessidade, com a técnica moderna, permite agora, com um custo social relativamente baixo, garantir a todos a alimentação, a habitação e o vestuário, com o conforto mínimo necessário para conservar o sentido de dignidade humana. A solidariedade para com os que saem derrotados na luta económica não deverá, portanto, manifestar-se sob a forma de caridade, sempre humilhante e que acaba por produzir os próprios males cujas consequências procura remediar, mas através de uma série de medidas que garantam incondicionalmente a todos um nível de vida decente, quer possam trabalhar quer não, sem reduzir o estímulo do trabalho e da poupança. Desta forma, a miséria não obrigará ninguém a aceitar contratos de trabalho sufocantes.

e) A libertação das classes trabalhadoras apenas pode ter lugar se forem preenchidas as condições estabelecidas nas alíneas anteriores: não as deixando ao sabor da política económica dos sindicatos monopolistas, que se limitam a transportar para o campo dos operários os métodos de dominação característicos sobretudo dos grandes capitais. Os trabalhadores devem voltar a ser livres de escolher os representantes para negociar colectivamente as condições em que pretendem prestar o seu serviço, e o estado deverá fornecer os meios legais para garantir a observância dos pactos estabelecidos. Porém, todas as tendências monopolistas poderão ser combatidas com eficácia, uma vez que se encontrem concretizadas aquelas transformações sociais.

São estas as mudanças necessárias para criar em torno da nova ordem um grupo alargado de cidadãos interessados na sua conservação, e para conferir à vida política uma marca consolidada de liberdade, impregnada de um sólido sentido de solidariedade social. Com estas bases, as liberdades políticas poderão realmente ter um conteúdo concreto, e não apenas formal, para todos, uma vez que a grande massa dos cidadãos estará na posse de uma independência e de conhecimentos suficientes para exercer um controlo constante e eficaz da classe governante.

Seria supérfluo determo-nos aqui sobre as instituições constitucionais, uma vez que, sendo impossível prever as condições em que estas irão surgir e operar, acabaríamos por nos limitar a repetir o que todos já sabem sobre a necessidade de órgãos representativos, sobre a formação das leis, sobre a independência da magistratura que virá a tomar o lugar da actual na aplicação das leis adoptadas, sobre a liberdade de imprensa e de associação para esclarecer a opinião pública e dar a todos os cidadãos a possibilidade de participar activamente na vida pública. É necessário apenas precisar melhor as ideias em torno de duas questões, vista a especial importância que assumem neste momento no nosso país: as relações do estado com a igreja e o carácter da representação política.

a) A concordata com que a Itália e o Vaticano assinaram a aliança com o fascismo terá naturalmente de ser abolida, para afirmar o estatuto puramente laico do Estado e para estabelecer de forma inequívoca a supremacia do Estado sobre a vida civil. Todas as crenças religiosas deverão ser igualmente respeitadas, mas o estado não deverá continuar a financiar os cultos.

b) A cabana de palha que o fascismo constituiu com a organização corporativa cairá em pedaços juntamente com os outros elementos do estado totalitário. Há quem pense que destes destroços se poderá amanhã extrair o material para a nova ordem constitucional. Nós não acreditamos nisso. Nos estados totalitários, as câmaras corporativas são o escárnio que coroa o controlo policial dos trabalhadores. Mas mesmo que as câmaras corporativas fossem a expressão sincera das diferentes categorias de produtores, os órgãos de representação das várias categorias profissionais nunca poderiam estar qualificados para tratar questões de política geral, e nas questões mais propriamente económicas tornar-seiam instrumentos de dominação das categoriais sindicalmente mais poderosas. Os sindicatos desempenharão funções importantes na colaboração com os organismos estatais encarregados de resolver os problemas que mais directamente lhes dizem respeito, mas exclui-se em absoluto a possibilidade de lhes confiar qualquer função legislativa, uma vez que tal resultaria numa anarquia feudal da vida económica, que redundaria num novo despotismo político. Muitos que ingenuamente se deixaram levar pelo mito do corporativismo poderão e deverão ser atraídos para o trabalho de renovação, mas será necessário que se apercebam de como é absurda a solução que confusamente sonharam. O corporativismo não pode ter existência real a não ser na forma assumida pelos estados totalitários, para arremessar os trabalhadores sob o comando de funcionários que controlem todos os seus movimentos no interesse da classe governante.

O partido revolucionário não poderá ser improvisado de forma diletante no momento decisivo, pelo que deve começar a formarse desde já, pelo menos

na sua posição política central, nos seus quadros gerais e nas primeiras directivas de acção. Não deve representar uma massa heterogénea de tendências, reunidas pela negativa e transitoriamente (ou seja, pelo seu passado antifascista e apenas na expectativa da queda do regime totalitário), prontas a dispersar-se cada uma pelo seu caminho, logo que seja atingida aquela meta. Pelo contrário, o partido revolucionário sabe que só então começará realmente a sua empresa; e deve por isso ser formado por pessoas que estejam de acordo sobre os principais problemas do futuro.

Deve penetrar, com a sua propaganda metódica, onde quer que se encontrem os oprimidos do actual regime e, tendo como ponto de partida o problema de todas as pessoas e classes, sentido como cada vez mais doloroso, mostrar como ele está ligado a outros problemas, e qual poderá ser a verdadeira solução para eles. Contudo, do círculo crescente dos seus simpatizantes, deverá recrutar para a organização do movimento apenas os que fizeram da revolução europeia o principal objectivo das suas vidas; que disciplinadamente efectuem dia a dia o trabalho necessário, garantam prudentemente a segurança contínua e eficaz desse mesmo trabalho, mesmo nas situações de mais dura clandestinidade, e constituam assim a sólida rede que dá consistência à esfera mais instável dos simpatizantes.

Sem desprezar nenhuma oportunidade e nenhum campo onde semear a sua palavra, o partido deve dirigir a sua atenção em primeiro lugar para os ambientes mais importantes como centro de difusão de ideias e como centro de recrutamento de pessoas combativas: antes do mais aos dois grupos sociais mais sensíveis no presente e decisivos no futuro, ou seja, a classe operária e os círculos intelectuais. A primeira é a que menos se submeteu ao jugo do totalitarismo, e que estará mais pronta a reorganizar as suas fileiras. Os intelectuais, em especial os mais novos, são os que sentem com mais força o sufoco e a repugnância do despotismo reinante. Aos poucos, outros grupos serão inevitavelmente atraídos para o movimento geral.

Qualquer movimento que falhe o objectivo de aliar estas forças está condenado à esterilidade, uma vez que, se for um movimento só de intelectuais, não terá a força de massa necessária para ultrapassar as resistências reaccionárias, não confiará nem terá a confiança da classe operária e, mesmo que seja animado por sentimentos democráticos, ficará, perante as dificuldades, propenso a resvalar para o terreno da mobilização de todas as outras classes contra os operários, ou seja, no sentido de uma restauração do fascismo. Se tiver por base apenas o proletariado, faltar-lhe-á aquela clareza de pensamento que só pode vir dos intelectuais, e que é necessária para definir bem as novas tarefas e as novas vias: permanecerá prisioneiro da velha perspectiva classista, verá inimigos por todo o lado, e resvalará para a solução comunista doutrinária.



Durante a crise revolucionária, cabe a este movimento organizar e dirigir as forças progressistas, utilizando todos os órgãos populares que se formam espontaneamente como crisóis ardentes onde se vão fundir as massas revolucionárias, não para realizar plebiscitos, mas à espera de serem guiadas. Deve ter a visão e a certeza do que tem de ser feito, não por consagração prévia de uma vontade popular ainda inexistente, mas pela consciência de representar as necessidades profundas da sociedade moderna. Desta forma, dará as primeiras directivas da nova ordem, a primeira disciplina social às massas informes. É através desta ditadura do partido revolucionário que se formará o novo estado, e em torno dele a democracia verdadeira.

Não há que temer que um tal regime revolucionário venha necessariamente a desembocar num novo despotismo. Nele desembocará se tiver vindo a modelar um tipo de sociedade servil. Mas se, desde os primeiros tempos, o partido revolucionário for criando, com pulso firme, as condições para uma vida livre, em que todos os cidadãos possam realmente participar na vida pública, a sua evolução, mesmo que atravesse eventuais crises políticas secundárias, será no sentido de uma gradual compreensão e aceitação da nova ordem por parte de todos, e por isso também de uma possibilidade crescente do funcionamento de instituições políticas livres.

É este o momento em que é necessário saber deitar fora velhos fardos que passaram a ser estorvos, estar prontos para as novidades que nascem, tão diferentes de tudo o que se tinha imaginado, descartar os inaptos de entre os mais velhos e suscitar novas energias entre os mais jovens. Neste momento procuram-se e encontram-se, começando a urdir a trama do futuro, os que avistaram os motivos da actual crise da civilização europeia, e que por isso recebem a herança de todos os movimentos de elevação da humanidade, naufragados por incompreensão do fim a atingir ou dos meios para lá chegar.

O caminho a percorrer não é fácil nem seguro. Mas tem de ser percorrido, e sê-lo-á!